



## **PROCESSO TC N.º 14687/20**

Objeto: Aposentadoria

Órgão/Entidade: Instituto de Previdência do Município de Cuitegi

Interessado (a): Sebastiana Maria de Andrade Lira

Relator: Cons. em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo

**EMENTA:** PODER EXECUTIVO – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL  
APOSENTADORIA – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE  
REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA  
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI,  
DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/1993 – EXAME DA  
LEGALIDADE – Regularidade na fundamentação do ato e nos cálculos  
dos proventos – Preenchidos os requisitos constitucionais e legais  
para aprovação do feito. Concessão de registro e arquivamento dos  
autos.

### **ACÓRDÃO AC2 – TC – 00708/23**

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima especificado que trata da APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO do(a) Sr. (a) Sebastiana Maria de Andrade Lira, matrícula n.º 227, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Administração do Município de Cuitegi/PB, acordam os Conselheiros integrantes da 2ª CÂMARA DELIBERATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

- 1) JULGAR LEGAL E CONCEDER REGISTRO ao referido ato de aposentadoria.
- 2) DETERMINAR o arquivamento dos autos.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas  
Publique-se, registre-se e intime-se.  
TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara

**João Pessoa, 28 de março de 2023**



## PROCESSO TC N.º 14687/20

### RELATÓRIO

CONS. EM EXERC. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): O presente Processo trata da APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO do(a) Sr. (a) Sebastiana Maria de Andrade Lira, matrícula n.º 227, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Administração do Município de Cuitegi/PB.

A Auditoria sugeriu notificação da autoridade responsável para encaminhar esclarecimentos acerca da(s) seguinte(s) inconformidade(s): Retificar Portaria nº 08/2020, de 27 de Julho de 2020 (fl. 39), que concedeu aposentadoria à Sr.ª Sebastiana Maria de Andrade Lira (fls. 39) nos seguintes pontos: (I) Quanto ao nome da beneficiária, fazendo constar: Sebastiana Maria de Andrade **Lira**; (II) No que tange à fundamentação adotada: a fundamentação correta é: Art. 40, § 1º, **inciso III**, letra "b" da CF/88 (com redação dada pela EC 20/98), c/c art. 1º da Lei Federal 10.887/04, no entanto, foi publicada como Art. 40, § 1º, **inciso I**, letra "b" com redação dada pela EC 20/98, c/c art. 1º da Lei Federal 10.887/04. Após retificação da referida portaria, encaminhá-la, juntamente com o comprovante de publicação do ato, a este Tribunal e descumprimento, pelo Instituto de Cuitegi, da Resolução Normativa RN TC nº 05/2016, em virtude de retificação da portaria concessória do benefício em análise, sem qualquer justificativa plausível, gerando uma nova publicação, e, com isso, permitindo que o benefício concedido em agosto de 2016, apenas fosse encaminhado em agosto de 2020 sem a aplicação da multa prevista na citada RN-TC Nº 05/2016.

Notificada a gestora responsável apresentou defesa conforme consta do DOC TC 43286/22.

A Auditoria analisou a defesa e entendeu que a(s) falha(s) foram sanada(s), concluindo que a presente aposentadoria reveste-se de legalidade, motivando o competente registro do ato concessório de fls. 66.

Em face da conclusão a que chegou a Auditoria, o processo não tramitou pelo Ministério Público para a emissão de parecer escrito.

É o relatório.

### VOTO

CONS. EM EXERC. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): A referida análise tem como fundamento o disciplinado no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado da Paraíba, e o estabelecido no art. 1º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n.º 18/1993, que atribuíram ao Tribunal de Contas do Estado a responsabilidade pela apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de aposentadorias.

Do exame realizado, pode-se concluir que o ato concessivo foi expedido por autoridade competente, em favor de servidor (a) legalmente habilitado (a) ao benefício, estando correta a sua fundamentação, a comprovação do tempo de serviço e o cálculo dos proventos.



## **PROCESSO TC N.º 14687/20**

Ante o exposto, voto no sentido de que a 2ª CÂMARA DELIBERATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA julgue legal e conceda o competente registro ao ato aposentatório e determine o arquivamento dos autos.

É o voto.

**João Pessoa, 28 de março de 2023**

Cons. em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo  
RELATOR

Assinado 29 de Março de 2023 às 08:10



**Cons. André Carlo Torres Pontes**  
PRESIDENTE

Assinado 28 de Março de 2023 às 21:01



**Cons. Subst. Oscar Mamede Santiago Melo**  
RELATOR

Assinado 29 de Março de 2023 às 13:19



**Luciano Andrade Farias**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO